

As Relações China-ASEAN e a construção da liderança sub-regional chinesa: economia e diplomacia (1997-2010)

China-ASEAN relations and the construction of Chinese subregional leadership: economy and diplomacy (1997-2010)

Danielly Ramos Becard*
Aline Contti Castro**

Resumo

O artigo tem como tema as relações entre a China e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) entre 1997 e 2010. Em especial, analisa a atuação estratégica chinesa perante a ASEAN e as respostas de tal grupo nas áreas econômica e diplomática. Concluiu-se, ao final do artigo, que a China estabeleceu uma estratégia de liderança sub-regional pragmática por meio da atuação efetiva em momentos de crise e do estreitamento de laços de interdependência econômica assimétrica, assim como da utilização de recursos de *soft power*. Tal atuação foi considerada bem sucedida tendo em vista que os países da ASEAN colaboraram com as iniciativas de Pequim, contribuindo para o processo de empoderamento consensual chinês.

Palavras-chave: China; ASEAN; liderança sub-regional; interdependência econômica; soft power.

Abstract

This article focuses on the analysis of China-Association of Southeast Asian Nations (ASEAN) relations between 1997 and 2010. In particular, it reflects on the Chinese strategic performance and the responses of ASEAN countries in the economic and diplomatic realms. At the end of the article, the conclusion was that China established a strategy of pragmatic sub-regional leadership through effective action in times of crisis and closer ties of asymmetric economic interdependence, as well as the use of soft power resources. This action has been successful considering that ASEAN countries have collaborated with Beijing initiatives, contributing to the process of Chinese consensual empowerment.

Key words: China; ASEAN; subregional leadership; economic interdependence; soft power.

* Doutora em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IRel-UnB). É Professora Adjunta do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IRel-UnB). daniellyr@yahoo.com

** Professora do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre e Doutoranda em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IRel-UnB). Especialista em Análises Internacionais pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ex-bolsista da Comissão *Fulbright* nos EUA. Tem experiência profissional como Professora e Coordenadora do Ensino Superior, em Assessoria Internacional e na área de Cooperação Internacional do IPEA. castroalinec@gmail.com

1 Introdução

Aos olhos de vários observadores internacionais, muitos dos esquemas de cooperação sub-regional são aparentemente esforços chineses para continuar a atuar de forma proativa em relação à ASEAN. (...) Alguns analistas na ASEAN também estão preocupados com a tendência emergente de alguns países do bloco gradualmente caírem na órbita chinesa (LI, KWA, 2011, tradução livre das autoras).

A Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) surgiu em 1967¹ e, à época, sob o contexto da Guerra Fria, os objetivos centrais do bloco consistiam em cooperação política, preservação da segurança dos países (diante da ameaça comunista) e busca da cooperação para o desenvolvimento. Desde esta primeira fase, em função da heterogeneidade dos países envolvidos no bloco, foi adotado o princípio de não intervenção em assuntos internos.

Findados os anos 1990, a ASEAN tornou-se um dos grupos com mais rápido crescimento econômico no âmbito internacional. Atualmente, o bloco é composto por economias em variados graus de desenvolvimento. Cingapura faz parte dos *Newly Industrialized Countries* (NICs). Tailândia, Malásia e Indonésia (tigres de segunda geração) transformaram-se de economias agrícolas estagnadas em dinâmicas economias manufatureiras por meio do crescimento sustentado e do processo de industrialização. Mais recentemente, outras economias da ASEAN, em especial o Vietnã, também começaram a atingir um rápido crescimento econômico (ESTRADA *et al.*, 2008).

Ainda nos anos 1990, iniciou-se um profundo processo de integração econômica regional entre os países da ASEAN com a promoção de uma área de livre comércio. Tal processo tem se expandido com o desenvolvimento de parcerias extra-bloco. Com a ascensão econômica chinesa e seu papel na crise financeira asiática (1997-98), ademais, intensificou-se o processo de aproximação entre a ASEAN e a China.

A partir de tal contexto, o presente estudo guia-se pelas seguintes questões: quais foram os principais objetivos propostos e estratégias e recursos utilizados pela China em sua relação com a ASEAN ao longo da última década? As estratégias chinesas serviram para o alcance de seus objetivos junto à ASEAN? Por outro lado, qual foi a reação suscitada pela atuação regional chinesa nos países da ASEAN?

Na relação com a ASEAN, a China tem procurado estabelecer, nos últimos anos, uma posição de liderança. Neste trabalho, entende-se por liderança uma ação efetiva – relacionada com determinadas formas de autoridade (poder exercido consciente e intencionalmente e aceito e reconhecido espontaneamente) – que encontra legitimação na sua correspondência às expectativas do grupo (há acordo acerca dos objetivos). Considera-se que há uma relação de influência recíproca entre líderes e liderados, e estes funcionam como colaboradores nesta relação (BOBBIO, 1998). Em relação à legitimidade, no âmbito internacional, entende-se que sua evidência é a observância (não coerciva), e sua prática significa um processo de empoderamento consensual (CLARK, 2005).

1 Quando de sua criação, em 1967, os Estados-membros da ASEAN eram Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura e Tailândia. A partir de meados dos anos 1980, e com a distensão e fim da Guerra Fria, outros cinco países aderiram ao bloco: Brunei (1984), Vietnã (1995), Laos (1997), Mianmar (1997) e Camboja (1999). Cf. ASEANSEC. Secretariado da ASEAN. Disponível em: [http://www.aseansec.org/about_ASEAN.html]. Acesso em: 25/04/2012.

A partir do exposto, utiliza-se a hipótese de que a China tem exercido uma *liderança pragmática* perante os países da ASEAN por meio do estreitamento dos laços de interdependência econômica assimétrica e da ação efetiva em momentos de crise, e tem conduzido a sua política externa no sentido de se estabelecer como uma *liderança responsável*, com a utilização de recursos de *soft power* e por meio da aproximação sociocultural.

Considera-se que há relação de liderança, pois tem havido ação efetiva do líder, espontaneidade por parte dos liderados e acordo acerca dos objetivos. Os países da ASEAN têm se colocado como colaboradores nas iniciativas de Pequim, contribuindo para o processo de empoderamento consensual chinês. Assim, entende-se que os objetivos chineses, em especial o alcance do desenvolvimentismo e do pacifismo por meio do exercício da liderança sub-regional, têm sido atingidos por meio de sua atuação estratégica.

Para responder às perguntas propostas e verificar a hipótese apresentada, o presente artigo será dividido em duas partes. Na primeira parte, analisar-se-á o avanço da posição de liderança pragmática chinesa na Ásia e, em especial, a atuação deste país na crise financeira asiática (1997-98) e na crise econômica global que se instalou a partir de 2008-9, e o estreitamento dos laços de interdependência econômica – por meio do estabelecimento do modelo chinês de desenvolvimento econômico regional, da ampliação da cooperação entre China e ASEAN e da construção da Área de Livre Comércio China-ASEAN (CAFTA, na sigla em inglês). Na segunda parte do trabalho, analisar-se-á a política externa chinesa e o avanço da liderança responsável mediante a avaliação de seus recursos de *soft power*.

Há de se destacar que os estudos sobre a Ásia ocupam ainda uma posição relativamente marginal e secundária na academia brasileira (OLIVEIRA, MASIERO, 2005; PEREIRA, 2003) – comparados aos trabalhos desenvolvidos sobre os continentes americano e europeu. É certo que o aumento do interesse de pesquisadores brasileiros por temas asiáticos aconteceu de forma paralela ao crescimento espetacular da economia dos países da Ásia-Pacífico nas décadas de 1970 e 1980 e do interesse recíproco em expandir o intercâmbio comercial entre o Brasil e os países asiáticos. Porém, foi apenas a partir dos anos 2000 que os estudos sobre as relações bilaterais Brasil-China (BECARD, 2008, 2011; OLIVEIRA, 2012) e, em particular, sobre a participação da China em processos de integração regional asiática tornaram-se mais frequentes no Brasil.

O presente artigo pretende, neste sentido, contribuir com a atualização de pesquisas realizadas recentemente² no Brasil sobre este último tema, assim como explorar novos aspectos das relações chinesas com sua própria região, conforme será visto a seguir.

2 A construção da liderança pragmática: o estreitamento dos laços de interdependência econômica assimétrica e a atuação proativa em momentos de crise

Nesta primeira parte do trabalho, procurar-se-á evidenciar o aumento da interdependência econômica assimétrica entre a China e a ASEAN e a crescente vulnerabilidade dos países que

² Veja em particular os trabalhos de CARLETTI (2012), MIYAZAKI (2005, 2004), MORAIS (2005), OLIVEIRA (2002, 2005) e BACELETTE (2012).

compõem este bloco em relação à China³ – o que tem favorecido o estabelecimento da liderança pragmática chinesa. Este processo iniciou-se com a atuação efetiva chinesa na crise financeira asiática de 1997-98. A partir de então, consolidou-se o modelo sinocêntrico de desenvolvimento econômico regional e houve adaptação relativa nos países da ASEAN. Em seguida, observou-se a ampliação da cooperação multidimensional e multitemática no arranjo ASEAN+1 e o processo de estabelecimento da CAFTA. Mais recentemente, destacou-se a atuação proativa chinesa em relação à ASEAN diante da crise econômica global (a partir de 2008). Tais elementos conformaram a estratégia chinesa de liderança pragmática em relação à ASEAN e serão analisados a seguir.

2.1 A atuação chinesa na crise financeira asiática (1997-98)

A crise financeira asiática começou na Tailândia, em 1997, sobretudo como resultado da turbulência na taxa de câmbio deste país. Em seguida, a crise espalhou-se para a Malásia e Indonésia, atingiu os países da ASEAN (com a queda vertiginosa no valor de suas moedas) e chegou a afetar mercados emergentes, inclusive o Brasil (MUCHHALA, 2007).

A crise teve impactos profundos nos países do referido bloco, sobretudo nos setores bancário e empresarial, com quedas acentuadas nas bolsas de valores e falência de grandes empresas, o que levou a severos impactos sociais (aumento do desemprego e da pobreza) e, em alguns casos, como na Indonésia, a turbulências políticas. Tailândia, Malásia e Indonésia vieram a passar por crises econômicas mais profundas. A região conseguiu se recuperar da crise, sobretudo por meio do aumento das exportações; no entanto, ainda notam-se impactos remanescentes, como uma perda de dinamismo e autoconfiança. Aliás, a região ainda precisa se recuperar plenamente (ESTRADA *et al.*, 2011).

A atuação dos Estados Unidos da América (EUA) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) não foi considerada significativa para tal recuperação relativa, segundo alguns analistas. Por um lado, os norte-americanos não tiveram interesse na crise (WIBOWO, 2009) e, por outro, o FMI insistiu em aplicar seu conhecido receituário neoliberal, com a imposição de rigorosas condicionalidades e exigência da implantação de programas de ajuste estrutural. Assim, passou a haver um grande ressentimento na região em relação a tais atores, com o aumento da frustração e do antiocidentalismo (KURLANTZICK, 2007). Difundiu-se uma percepção ampla de que o FMI não agiu eficientemente e serviu aos interesses de países industrializados de fora da região. Entre os dez membros da ASEAN, a Indonésia foi o único país a aplicar o receituário do FMI de maneira consistente. A Tailândia também assinou uma Carta de Intenções com o FMI, embora menos rigorosa. A Malásia, ao estabelecer controles sobre o mercado de capitais, adotou política oposta à recomendada pela referida organização (MUCHHALA, 2007; WIBOWO, 2009). Outros países passaram a procurar novas opções para superar a crise. Em especial, a alternativa da aproximação com a China tornou-se fortemente valorizada.

A China foi, em termos relativos, pouco afetada pela crise e, com pequena queda relativa do PIB, conseguiu manter seus altos índices de crescimento econômico e sua estabilidade financeira.

3 Tais conceitos estão fundamentados na obra de Keohane e Nye (2000). De acordo com estes, as assimetrias na interdependência são consideradas fontes de poder, e a situação de vulnerabilidade significa suscetibilidade a efeitos custosos impostos de fora, mesmo depois da alteração política; ou seja, o ator vulnerável tem poucas alternativas disponíveis e margem de manobra pequena.

Ademais, a proposta japonesa de um fundo monetário asiático, além de ter sido vetada pelos EUA, não obteve apoio chinês em função da debilidade do *yen* e da importância crescente do *yuan* (ou Renminbi, RMB) (MEDEIROS, 2007), da disputa pela liderança regional e das desavenças políticas históricas entre estes atores.

Em resposta à crise, a China adotou as seguintes medidas: participou ativamente em projetos de ajuda organizados pelo FMI e de ajuda bilateral para Tailândia e Indonésia; decidiu não desvalorizar o *yuan*; adotou políticas de estímulo à demanda doméstica e ao crescimento econômico – as quais favoreceram as exportações da ASEAN; e estabeleceu políticas de cooperação financeira nos âmbitos internacional e regional⁴. De acordo com Womack (2009), a decisão chinesa em relação à manutenção do valor da sua moeda (cumprindo o que havia prometido) foi central para convencer o Sudeste Asiático de que as oportunidades de estreitar os laços com a China superavam os riscos.

Tais medidas tiveram um impacto muito significativo e contribuíram para a retomada do desenvolvimento na Ásia. Pode-se inferir que a atuação chinesa esteve também relacionada com a interdependência econômica global (em virtude da possibilidade de a crise vir a afetar a China), mas certamente muitos destacam a relação da atuação externa chinesa com o seu interesse nacional, conformando uma estratégia de melhora de sua imagem internacional e aumento de sua influência regional (MOORE e YANG, 2001). Tal estratégia foi bem sucedida tendo em vista que os países da ASEAN tiveram uma impressão mais positiva da atuação chinesa a partir de então (LI, KWA, 2011).

Como consequência da atuação chinesa, pode-se destacar a ascensão de uma ordem regional de cunho crescentemente sinocêntrico (WOO, 2007), assim como o estímulo à integração regional. Tais elementos serão tratados a seguir.

2.2 O modelo chinês de desenvolvimento econômico regional

A partir de meados dos anos 80, com a valorização do *yen* frente ao dólar (por meio do Acordo de Plaza realizado pelo G-7 em 1985) e com a consequente dificuldade japonesa de exportar para os EUA, a dinâmica do desenvolvimento regional asiático passou a ser liderada pelo Japão (*Japan-led economic bloc*) – por meio do modelo de desenvolvimento dos gansos voadores (MEDEIROS, 1997).

Porém, a partir de meados dos anos 1990, com a ascensão econômica chinesa e a recessão japonesa, a China tornou-se gradativamente o centro dinamizador da economia regional. Com a inserção deste país na tessitura econômica global, seu impacto regional revelou-se muito significativo, com dois efeitos principais: deslocamento e complementaridade. Ao se iniciar a crise asiática de 1997-98, a China passou a funcionar como um duplo polo na região: deslocando competidores em indústrias intensivas em trabalho e ampliando o mercado para fornecedores de matérias-primas (da ASEAN) e para as exportações asiáticas de maior conteúdo tecnológico (do Japão e da Coreia do Sul). No modelo japonês, produtos de menor conteúdo tecnológico

⁴ Para mais detalhes sobre políticas adotadas pela China, ver site do Ministério de Relações Exteriores chinês: [<http://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao/3602/3604/t18037.htm>]. Sobre a assistência à Indonésia, ver Wibowo (2009).

eram produzidos em países menos desenvolvidos. Neste sentido, este se diferencia do modelo chinês. A China, ao produzir bens de consumo semelhantes aos países da ASEAN, deslocou estes produtores para o mercado chinês (efeito estrutura). No entanto, a compensação se deu pelo efeito escala, por meio das importações chinesas de insumos, partes e componentes e bens de capital. Neste sentido, a China tem contribuído significativamente para a recuperação japonesa e tem se afirmado como principal mercado em expansão para os países da ASEAN, funcionando como plataforma exportadora e apresentando grande mercado interno em expansão (MEDEIROS, 2007).

As economias dos países da ASEAN ajudaram a alavancar o modelo chinês e sofreram adaptações para se alinharem e se integrarem às cadeias produtivas chinesas. A pauta de exportações da ASEAN para a China modificou-se, sobretudo a partir do fim dos anos 1990. Esta passou a ter em sua composição principalmente produtos intermediários e matérias-primas (ao invés de produtos manufaturados). Tal arranjo econômico complementou a estratégia orientada para a exportação de ambos os lados e gerou um período de forte crescimento para estes atores.

Apesar das diferenças relativas em termos de renda e nível de desenvolvimento, a região da ASEAN como um todo tem crescido rapidamente por décadas. Houve estagnação relativa entre 2008 e 2009, mas o crescimento foi retomado a partir de 2010. Os países que apresentaram os maiores PIBs, em 2011, foram: Indonésia; Tailândia; Malásia e Filipinas (figura 1)⁵. No entanto, em termos de PIB per capita (em dólares), os países de maior destaque, em 2011, foram: Cingapura (US\$ 61103) e Brunei (US\$ 49757). Malásia (US\$ 16034) e Tailândia (US\$ 9573) ficaram em nível intermediário. Os países mais pobres neste aspecto foram: Indonésia (US\$ 4682), Filipinas (US\$ 4170), Vietnã (US\$ 3435), Laos (US\$ 2424, em 2010) e Camboja (US\$ 2328) (figura 2).

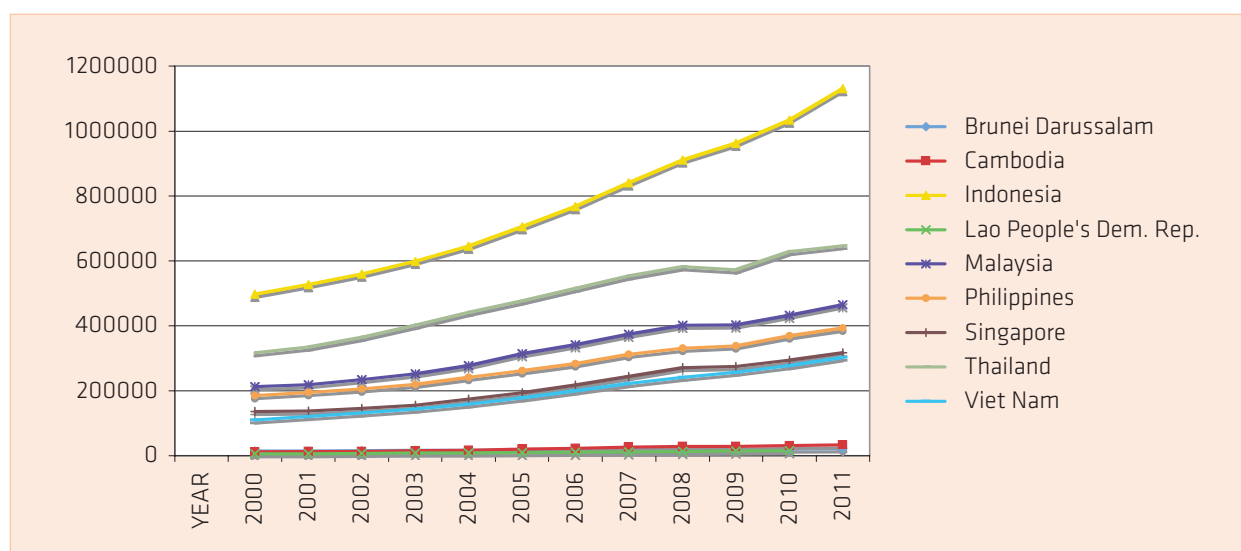


Figura 1 – PIB (PPP, em milhões de USD), 2000-2011

Fonte: ADB, 2012b. Elaboração das autoras.

⁵ No referido Relatório do Asian Development Bank (ADB), não foram apresentados dados sobre Mianmar (sobre PIB e PIB per capita). Estes podem ser encontrados no site da Unctadstat.

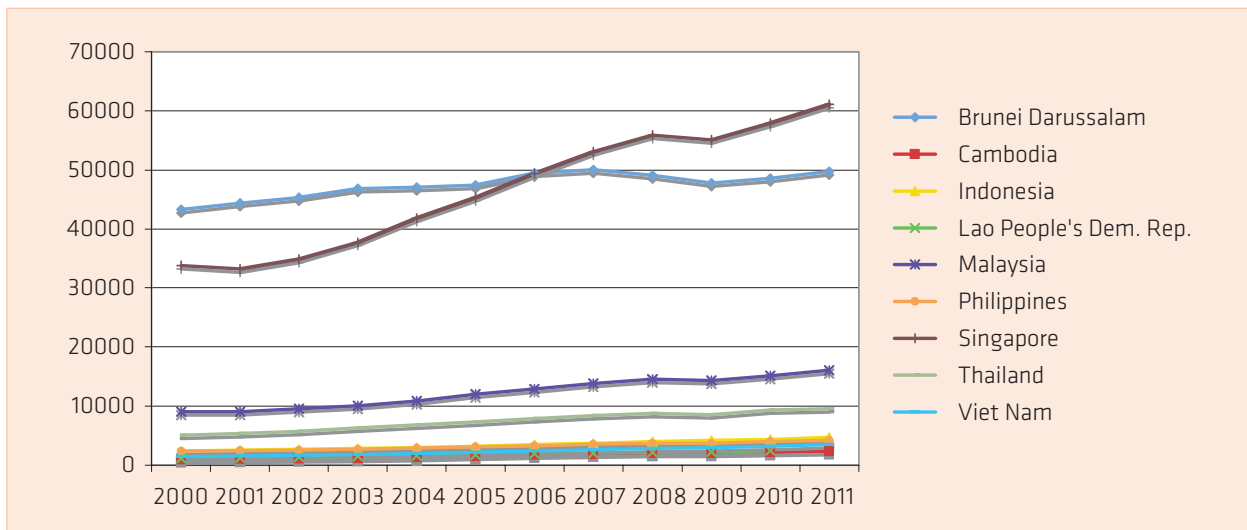


Figura 2 - Per capita (PPP), em dólares, 2000-2011

Fonte: (ADB, 2012b). Elaboração das autoras.

Um elemento central de explicação para tal crescimento é o comércio internacional (ESTRADA *et al.*, 2008). Em 2006, a porcentagem das exportações como parte do PIB representava respectivamente: 71%, Brunei; 68%, Camboja; 31%, Indonésia; 38%, Laos; 116%, Malásia; 46%, Filipinas; 234%, Cingapura; 73%, Tailândia e Vietnã. Com a crise, houve uma queda relativa neste indicador, mas a porcentagem ainda foi bem alta. A única exceção neste quadro foi Mianmar (figura 3). Assim, com a recente restrição nos mercados dos países desenvolvidos, entende-se sobremaneira o aumento da importância da China para estes países.

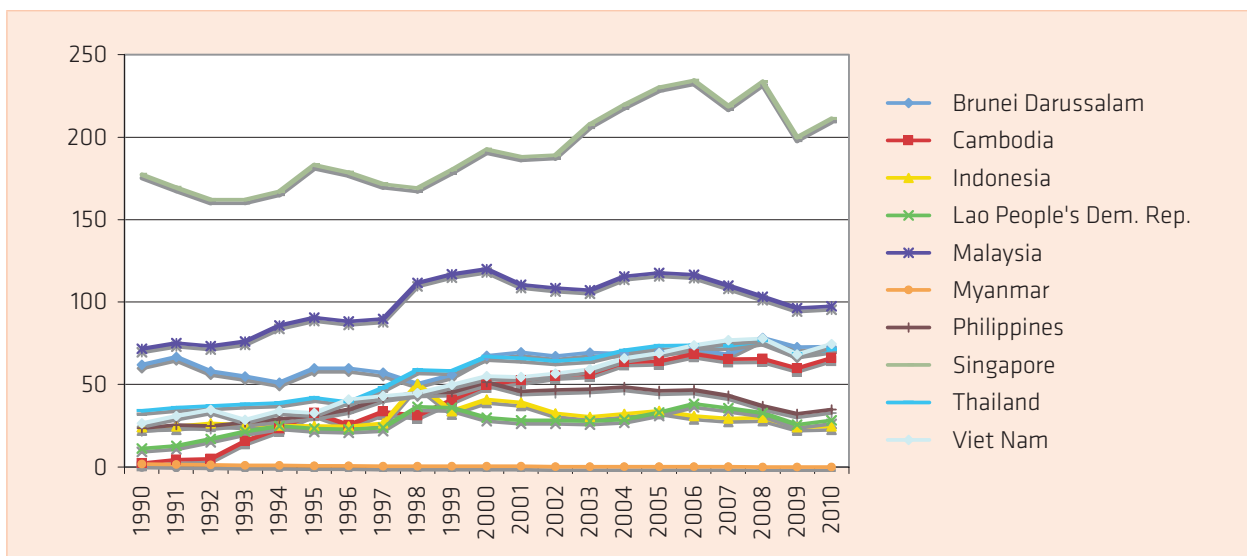


Figura 3 - Exportações como parte do PIB (%), 1990-2010

Fonte: Unctadstat. Elaboração das autoras.

Em particular, o comércio crescente entre China e ASEAN contribuiu para a ampliação da cooperação entre estes atores e para a implantação da CAFTA. Tais elementos serão tratados a seguir.

2.3 A ampliação da cooperação entre China e ASEAN no arranjo ASEAN+1 e a construção da CAFTA

Indiscutivelmente, a estratégia chinesa de aprofundar o nível de cooperação '10+1' passa pela afirmação do yuan (a importância de sua estabilidade) na Ásia e pela manutenção da autonomia da política de crescimento, provendo os impulsos macroeconômicos que o Japão não pode fornecer, e que os EUA, diretamente, já não fornecem mais (MEDEIROS, 2007).

As relações entre a China e a ASEAN cresceram vertiginosamente, principalmente a partir dos anos 2000. A fase recente é, pois, de engajamento dinâmico e cooperação ampla. Esta é multidimensional e envolve integração econômica, diálogos políticos, consultas na área de segurança e interações sociais. Tais relações são desenvolvidas nos seguintes níveis: subnacional (por meio dos governos locais); bilateral; em grupo (ASEAN+1) e multilateral (com a participação de parceiros externos).

Em particular, no âmbito do arranjo de cooperação ASEAN+1, as iniciativas de cooperação mais destacadas no presente são: cooperação na Grande Sub-região Mekong (GMS), cooperação regional no Golfo Pan-Beibu (Tonkin), Corredor Econômico Nanning-Cingapura, Corredores Econômicos Leste-Oeste na península da Indochina, cooperação ASEAN-China em assuntos marítimos e em questões não tradicionais de segurança. Neste sentido, destaca-se também o papel significativo das províncias fronteiriças chinesas (como Yunnan, Guangxi, Guangdong e Hainan) na condução de tal processo – com a implantação de diversas políticas e programas definidos em conjunto (LI, KWA, 2011).

Conforme visto, a aproximação entre a China e a ASEAN começou, de fato, nos anos 1990. Em 1991, pela primeira vez, a China foi observadora no encontro ministerial da ASEAN. Três anos depois, as relações entre a ASEAN e a China foram formalizadas em Bangkok. Em 1997, ocorreu a primeira Cimeira ASEAN-China, onde foram definidas diversas medidas de cooperação nas esferas econômica, política e cultural. A título de exemplo, a China concordou com a criação do Fundo de Cooperação China-ASEAN com o objetivo de apoiar a agricultura, tecnologia de informações, transporte, educação e desenvolvimento de recursos humanos. Em 2003, estes atores assinaram a “Parceria Estratégica para a Paz e Prosperidade” que, em seguida, levou a China a assinar o “Tratado de Amizade e Cooperação” com a ASEAN. Dos vários tratados assinados entre estes parceiros, destacam-se: o “Acordo-Quadro sobre Cooperação Econômica Abrangente” (2002) e a “Declaração sobre a Conduta das Partes no Mar do Sul da China” (2002).⁶ Estes podem ser vistos como os pilares do novo relacionamento positivo entre a China e a ASEAN.

Na década de 1990, houve disputa sobre as ilhas *Spratly*. Posteriormente, a China assinou um acordo com a Malásia, Vietnã, Filipinas e Brunei, o que aliviou as tensões sobre tal área

6 Segundo a Embaixada da China no Brasil, em janeiro de 2012, “a China e os países da ASEAN realizaram uma reunião de alto nível para discutir a implementação da Declaração de Conduta das Partes no Mar do Sul da China. Após discussões aprofundadas, os participantes chegaram a uma série de consensos. A reunião concluiu que a situação geral do Mar do Sul da China é pacífica e estável e reconheceu os esforços positivos de todas as partes. A reunião considerou 2011 como um ano frutífero, com progresso positivo no cumprimento da declaração e atingiu um consenso sobre ações futuras, incluindo a aceleração de projetos de cooperação específicos e a organização de seminários sobre resposta a desastres marítimos, meio ambiente, resgate e pesquisa biológica. Os participantes concordaram em criar um comitê de especialistas sobre pesquisa científica marítima, proteção ambiental, segurança e resgate, iniciar uma campanha contra os delitos fronteiriços e utilizar melhor o fundo China-ASEAN de cooperação marítima.” Disponível em: <http://br.china-embassy.org/por/szxw/t896419.htm>. Acesso em: 15/03/2012.

(KURLANTZICK, 2007). Ainda assim, destaca-se que, na área de segurança, em geral, houve progresso limitado, com escassas interações – em função da desconfiança estratégica de alguns países da ASEAN em relação à China.

Por outro lado, desde meados dos anos 1990, notou-se crescente aproximação entre China e ASEAN nas áreas econômica, política e social. Entre 1999 e 2009, houve mudança significativa nos principais parceiros comerciais chineses. Em 1999, estes eram, sobretudo, Japão e EUA. Em 2009, com a queda relativa destes, a União Europeia passou a ser o principal parceiro (16,4%); e o comércio com a ASEAN representava 10,2% do total, montante mais próximo das parcelas japonesa (10,8%) e norte-americana (13,9%) (figura 4).

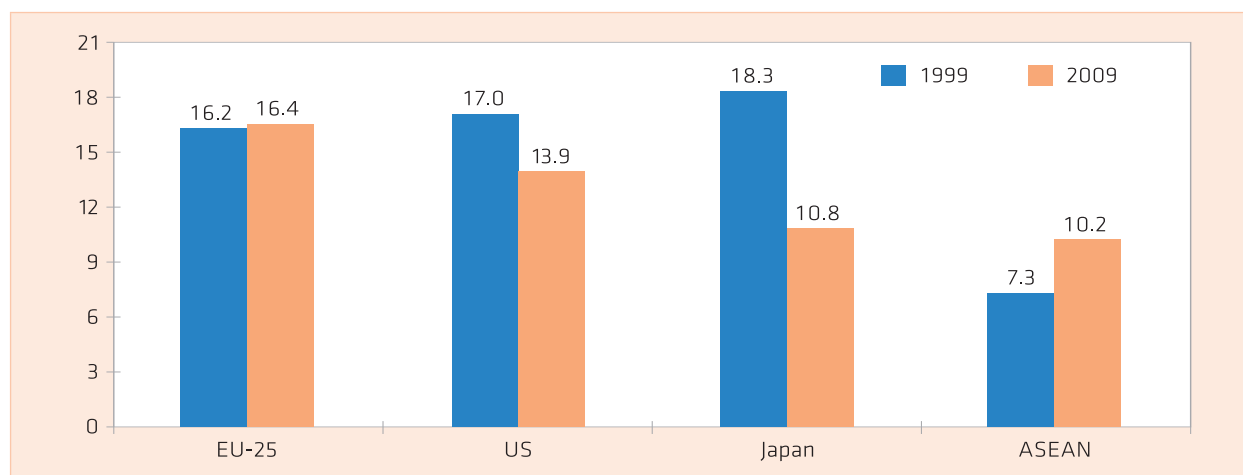


Figura 4: Maiores parceiros comerciais da República Popular da China, 1999 e 2009 (%).

Fonte: UNComtrade Database/PRC's Report, apud SHENG *et al.*, 2012.

Cabe destacar que tal movimento ocorreu num contexto de estreitamento dos laços de interdependência econômica regional. A Ásia foi o maior mercado de exportação para os países da ASEAN, com aumento relativo destas entre 1990 e 2011. Duas pequenas economias, Brunei e Laos, apresentaram diminuição deste percentual, mas grande parte de suas exportações ainda se direciona à Ásia (83.3% e 73.7% respectivamente). A única exceção nesta tendência foi o Camboja (quadro 1).

Quadro 1 – Países da ASEAN, % das exportações para Ásia, 1990/2011.

Países da ASEAN	1990	2011
Brunei	91.6	83.3
Camboja	90.9	18.4
Indonésia	64.4	66.8
Laos	85.2	73.7
Malásia	57.9	66.2
Mianmar	67.4	88.9
Filipinas	34.8	65.8
Cingapura	45.8	65.7
Tailândia	37.9	59.6
Vietnã	39.1	47.5

Fonte: Direction of Trade Statistics CD-ROM (IMF 2012), apud ADB, 2012b.

Em relação às importações, todos os países da ASEAN, entre 1990 e 2011, aumentaram a porcentagem destas vindas da Ásia. Os cinco países menores do bloco* atingiram a média de 85% em 2011; já as cinco maiores economias atingiram a média de 60% neste mesmo ano (quadro 2).

Quadro 2 – Países da ASEAN, % das importações da Ásia, 1990/2011.

Países da ASEAN	1990	2011
*Brunei	61.5	80.7
*Camboja	64.8	88.0
Indonésia	43.6	67.2
*Laos	87.7	90.7
Malásia	50.6	66.6
*Mianmar	69.2	93.6
Filipinas	40.0	61.8
Cingapura	47.7	50.0
Tailândia	53.4	54.9
*Vietnã	34.1	74.6

Fonte: Direction of Trade Statistics CD-ROM (IMF 2012), *apud* ADB, 2012b.

Neste mesmo período, no entanto, houve queda relativa das exportações chinesas para a Ásia (de 68,3% do total para 41,2%), em função do aumento destas para todas as outras regiões do planeta, o que evidencia o fato de o país ter se consolidado como plataforma exportadora para o resto do mundo. Ainda assim, em termos regionais, a maior parte das exportações da China, em 2011, continuava a se destinar à Ásia. Ademais, Hong Kong e Taipei registraram aumento das exportações para a região no referido período, atingindo a média de 69% em 2011. Também elevou-se o coeficiente de suas importações provenientes da Ásia. Em 2011, estas somaram 73,6% (Hong Kong) e 56,1% (Taipei). Neste mesmo ano, e ainda sob a ótica regional, a maior parte das importações da República Popular da China (RPC) manteve a origem asiática (35,4%). Entretanto, entre 1990 e 2011, este fluxo seguiu a tendência de queda relativa na porcentagem das importações dos principais parceiros tradicionais (incluindo Europa e EUA); e verificou-se o aumento das importações do resto do mundo, em especial, do Oriente Médio, que passou de 0,9% para 7,9% (IMF 2012; *apud* ADB, 2012b) – o que indica um quadro de diversificação de importações e evidencia a posição chinesa de *global trader*. Neste quadro, e em função das diferentes estruturas de interdependência econômica entre a ASEAN-China e ASEAN-Japão⁷, foram estabelecidos na Ásia diversos acordos bilaterais e plurilaterais de livre comércio (SHENG *et al.*, 2012).

Neste sentido, um dos projetos mais destacados foi o de construção da Área de Livre Comércio entre a China e a ASEAN (CAFTA).

No contexto do comércio internacional, acredita-se que o século XXI se tornará o século chinês no Leste Asiático e além. As economias da ASEAN fariam bem em se posicionar de maneira a se beneficiar da crescente demanda chinesa por bens e serviços (ESTRADA *et al.*, 2008, tradução livre das autoras).

7 As relações econômicas entre ASEAN e Japão são fundamentadas, sobretudo, nas redes de produção das multinacionais japonesas.

Em particular, o quadro abaixo destaca as ações que levaram à implantação da CAFTA:

Quadro 3 – Implantação da CAFTA

2000	A China propôs o estabelecimento de uma zona de livre comércio (ZLC) com a ASEAN
2001	ASEAN e China formalmente concordaram com o estabelecimento da ZLC a ser estabelecida no prazo de 10 anos
2002	Assinatura do Acordo-Quadro sobre Cooperação Econômica Abrangente
2003	Assinatura da Declaração Conjunta sobre Parceria Estratégica para a Paz e a Prosperidade
2004	Adoção do Plano de Ação para a implantação da Declaração Conjunta
2004-5	Acordo sobre o Comércio de Bens e Mecanismo de Solução de Controvérsias
2007	Acordo sobre o Comércio de Serviços e Mecanismo de Solução de Controvérsias
2009	Acordo sobre Investimentos. Este completou o processo de negociação entre China e ASEAN para o estabelecimento da CAFTA
2010	Implantação da CAFTA em Janeiro – para ASEAN-6. A implantação para os quatro membros mais novos (Camboja, Laos, Mianmar e Vietnã) se dará em 2015.

Fonte: site da ASEAN [www.aseansec.org].

A proposta chinesa de criação de uma ZLC foi feita em momento oportuno. No fim de 2001, os Estados Unidos estavam envolvidos com a política de Guerra ao Terror, o Japão estava enfraquecido por sua longa recessão, e o Sudeste Asiático ainda sofria as consequências da crise financeira de 1997-98. A abordagem pragmática chinesa, que havia sido recebida friamente na região em anos anteriores, passou então a ser bem aceita pela ASEAN.

A competição chinesa intrarregional já vinha sendo sentida, com o fechamento de algumas pequenas e médias empresas na região. A proposta chinesa veio assim como uma resposta de forma a aumentar os fluxos de comércio e investimento na região. A China também ofereceu unilateralmente o programa denominado de “colheita antecipada” (*early harvest*), implantado entre 2004 e 2006, com a liberalização do mercado agrícola chinês para os países da ASEAN.

Nas negociações da CAFTA, destacou-se a postura positiva e flexível chinesa em relação aos países da ASEAN, o que contribuiu para a construção de consensos. A China deixou que cada país individualmente determinasse o andamento da liberalização comercial.

Um diplomata do Sudeste Asiático observou que a China tem geralmente se mostrado disposta a adaptar as suas propostas para construir consensos, adiando questões polêmicas ou retardando propostas que estavam se movendo rápido demais para as sensibilidades dos países da ASEAN (SAUNDERS, 2008, tradução livre das autoras).

Com este acordo, a média tarifária das exportações da ASEAN para a China passou de 9,8% para 0,1% em 2010; enquanto a média tarifária das exportações chinesas para a ASEAN-6 foi reduzida de 12,8% para 0,6%. Em 2015, estima-se que a política de tarifa zero para 90% dos produtos chineses seja válida também para os quatro membros mais novos do bloco (SHENG *et al.*, 2012).

Nos anos preparatórios da CAFTA, houve crescimento vertiginoso do comércio entre China e ASEAN⁸. De 1991 a 2000, este comércio cresceu mais de 15% anualmente, fenômeno acelerado com a entrada da China na OMC (2001). Comparativamente, houve queda relativa na porcentagem de crescimento do comércio exterior da China com o resto do mundo a partir de 2005 (figura 5); e aumento vertiginoso das relações comerciais com a ASEAN nesta mesma década, especialmente após 2001 (figura 6).

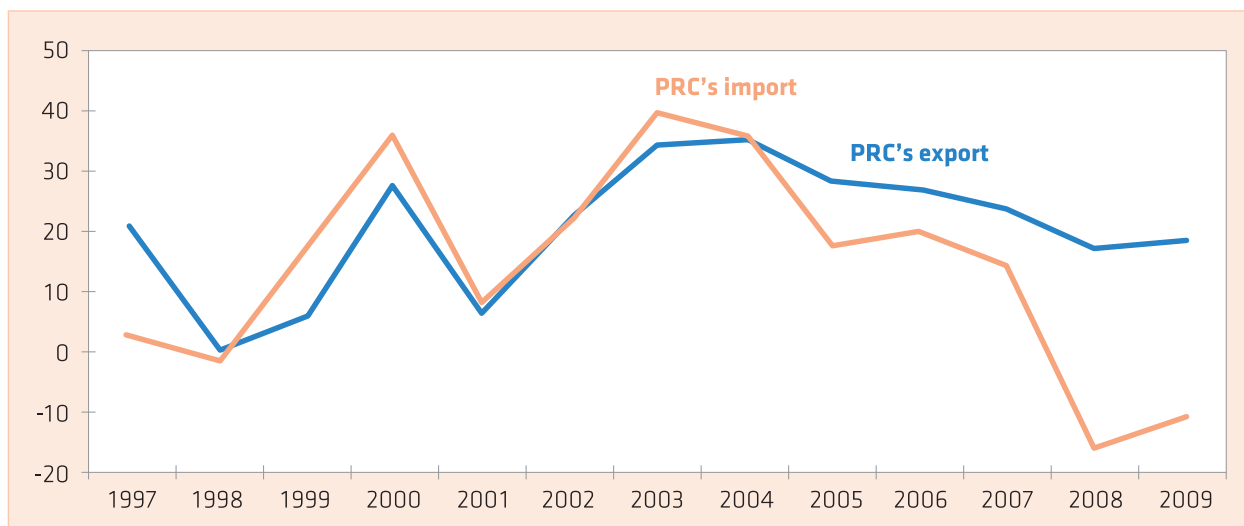


Figura 5: Crescimento do comércio exterior da República Popular da China (PRC) com o mundo, 1997-2009 (%).

Fonte: People's Republic of China Customs Statistics, apud SHENG *et al.*, 2012.

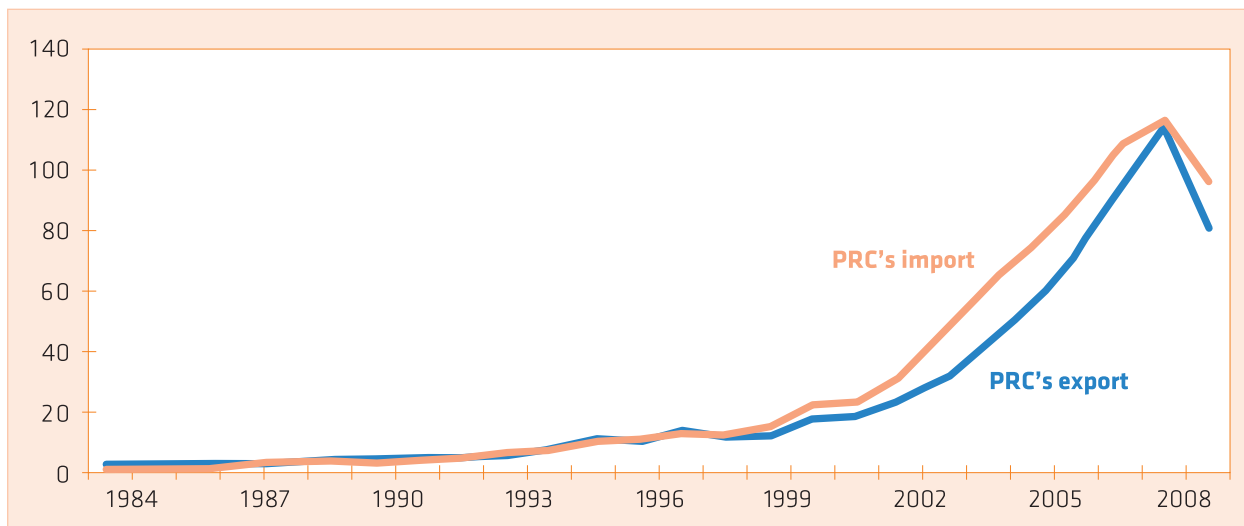


Figura 6: Comércio exterior da República Popular da China (PRC) com a ASEAN, 1984-2009 (em bilhões).

Fonte: People's Republic of China Customs Statistics, apud SHENG *et al.*, 2012.

⁸ Cabe destacar que os principais parceiros comerciais da China no âmbito da ASEAN são atualmente Cingapura, Malásia e Tailândia (SHENG *et al.*, 2012).

Mais recentemente, com a crise nos mercados dos países desenvolvidos deflagrada em 2008-9, a China tornou-se o principal parceiro comercial da ASEAN, como mostram a tabela 1 e a figura 7.

Tabela 1 – Principais parceiros comerciais da ASEAN – Países/regiões (em termos percentuais)

	1993	2008	2009
Japan	20.2	12.4	10.5
European Union (EU-25)	NA	11.8	11.2
China	2.1	11.3	11.6
China (including HK)	NA	12.8	16.0
USA	17.6	10.6	9.7
Australia	2.1	3.0	2.9
India	0.7	2.8	2.5

Fonte: External Trade, ASEANSTATS, Jakarta: Secretariado da ASEAN [www.aseansec.org], apud Li e Kwa, 2011:148.

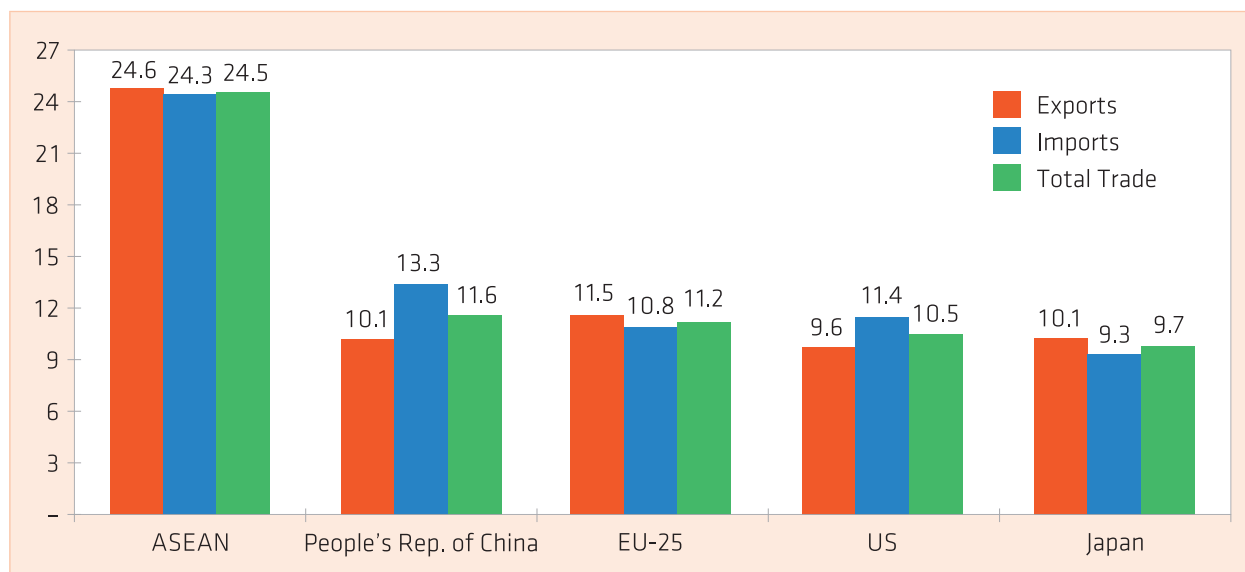


Figura 7: Maiores parceiros comerciais da ASEAN, 2009 (%).

Fonte: Site da ASEAN, apud SHENG *et al.*, 2012.

Em 2010, o comércio entre a ASEAN e a China mostrou uma forte recuperação após a queda de 2009. As exportações da ASEAN para a China aumentaram 39,1%, passando de 81,6 bilhões de dólares em 2009 para 113,5 bilhões de dólares em 2010, passando a ser o segundo destino das exportações da ASEAN. As importações aumentaram 21,8%, de 96,6 bilhões de dólares em 2009 para 117,7 bilhões de dólares em 2010. A China manteve sua posição de maior parceiro comercial da ASEAN respondendo por 11,3% do comércio total do bloco. Este foi o quarto maior parceiro comercial da China em 2010, respondendo por 9,8% do comércio total chinês. No primeiro semestre de 2011, a ASEAN tornou-se o terceiro maior parceiro comercial da China (Aseansec).

Acredita-se que o acordo CAFTA promoverá o aumento do comércio entre China e ASEAN, assim como o comércio intra-firma. Destaca-se perspectiva positiva, em especial, em função do aumento da importância da fragmentação produtiva nestes países e de sua reorganização, com a ênfase no comércio de partes e componentes. Neste sentido, as projeções atuais indicam que o impacto comercial do acordo será maior do que o previsto na literatura (que analisa o comércio de bens finais) e haverá maior integração produtiva, concentrada em um subgrupo de países membros que já apresenta relações industriais mais fortes (SHENG *et al.*, 2012). Outra provável consequência será o fortalecimento da moeda chinesa, que já está sendo mais usada nas trocas regionais. Por exemplo, em um programa piloto, Pequim permitiu a algumas empresas chinesas, em cidades selecionadas, comercializar em RMB com os dez países da ASEAN (LI, KWA, 2011).

No concernente a investimentos diretos externos (IDE), em 2007, os investimentos da ASEAN na China representavam cerca de 10% do fluxo total. A participação chinesa nos fluxos totais de IDE para a ASEAN ainda é pequena, cerca de 1% do total em 2007 (ESTRADA *et al.*, 2011). Porém, acredita-se que a CAFTA terá impactos positivos no aumento dos fluxos de investimento entre estes atores. O mercado ampliado favorecerá igualmente a atração de investimentos diretos extra-regionais.

De acordo com o Ministério de Comércio Chinês (2009), este país é o quinto maior investidor mundial e o primeiro entre as nações em desenvolvimento. O gráfico abaixo mostra o crescimento do investimento externo chinês.

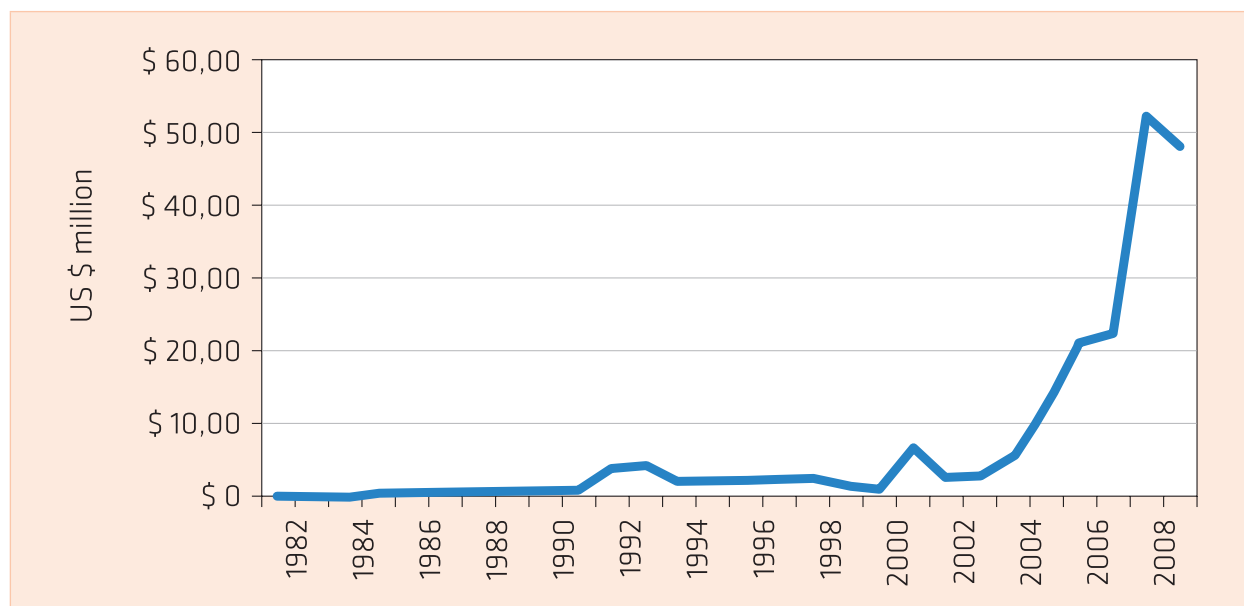


Figura 8 – Fluxos chineses de IDE (1982-2009).

Fonte: UNCTAD (2010).

Entre 2008 e 2010, os fluxos chineses externos de IDE continuaram crescendo e atingiram: 55,9 bilhões de dólares em 2008; 56,5 em 2009; e 68,8 em 2010 (MOFCOM 2010). No caso da ASEAN, os fluxos de IDE chineses também cresceram recentemente (figura 9). No primeiro semestre de 2010, os investimentos chineses para a região cresceram 125,7%.

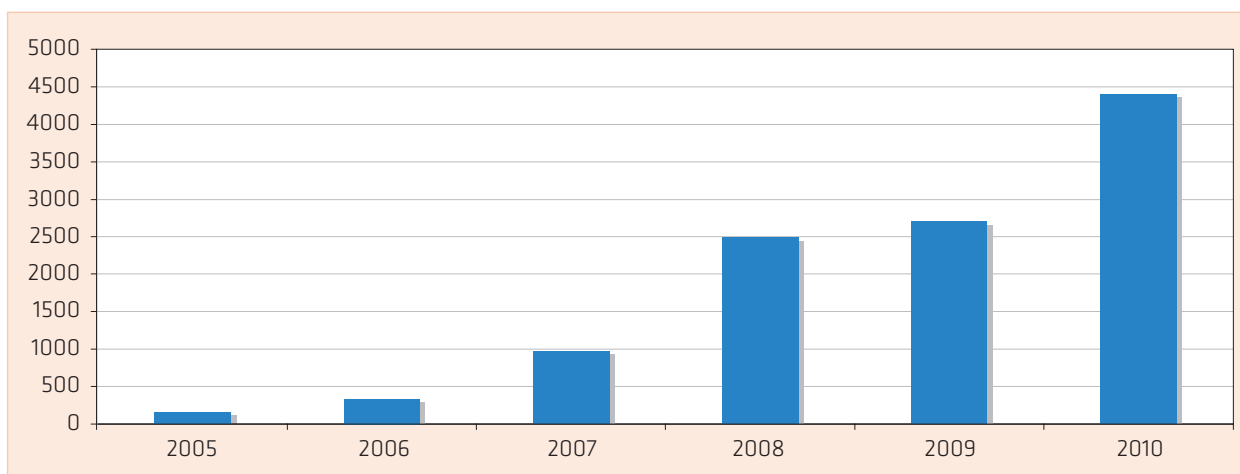


Figura 9 – IDE chinês nos países da ASEAN, 2005-2010 (em milhões de USD)

Fonte: MOFCOM, 2010. Elaboração das autoras.

Outro fator relevante a se destacar é a concentração dos investimentos chineses na Ásia entre 2004 e 2010 (figura 10)⁹. Em 2010, os principais países receptores foram: Cingapura (1118,5 milhões de dólares), Mianmar (875,6) e Tailândia (699,8) (figura 10). A soma destes fluxos de IDE entre 2005 e 2010 mostra resultado semelhante. Neste caso, os principais países receptores foram: Cingapura (4633,9 milhões de dólares), Mianmar (1601,3), Camboja (966,3) e Tailândia (892,1) (figura 11).

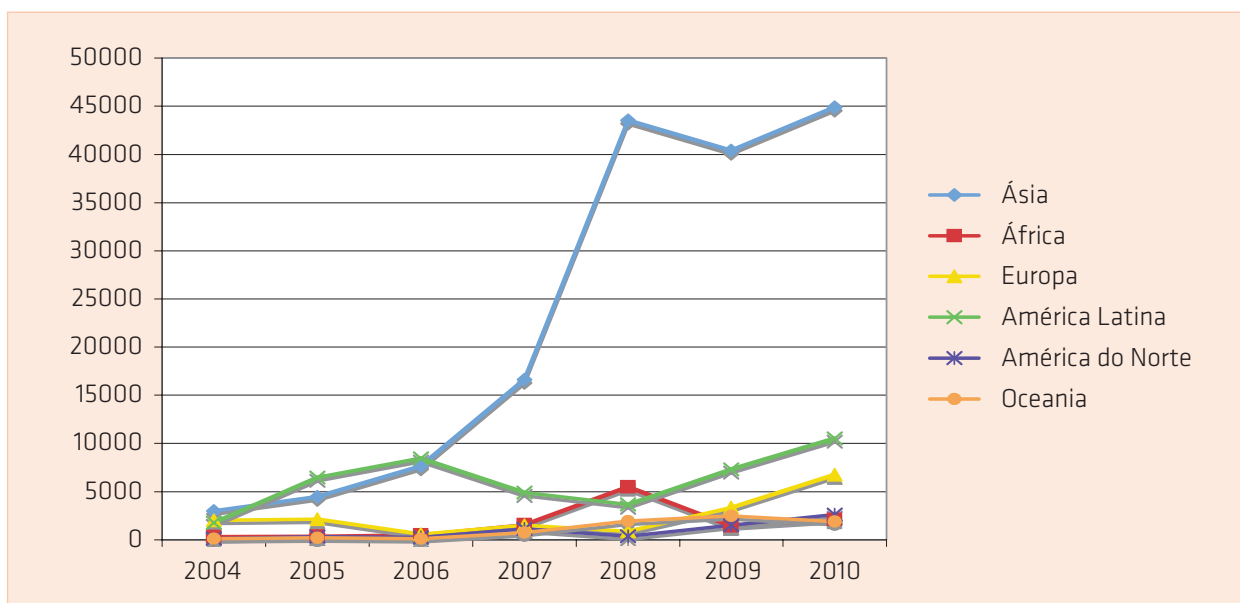


Figura 10 – Fluxos de IDE externos (outward) por região, 2004-2010 (milhões de USD)

Fonte: MOFCOM, 2010. Elaboração das autoras.

9 Fenômeno que está de acordo com recente tendência global de reforço dos aspectos regionais no seio da globalização, o que alguns autores têm chamado de “global regionalism” ou “global regionalization”, tendo em vista que muitos indicadores econômicos recentes mostram o aumento da integração regional – destacadamente na Europa (UE), na América do Norte (NAFTA) e no Sudeste Asiático. Cf.: MCCANN, 2012.

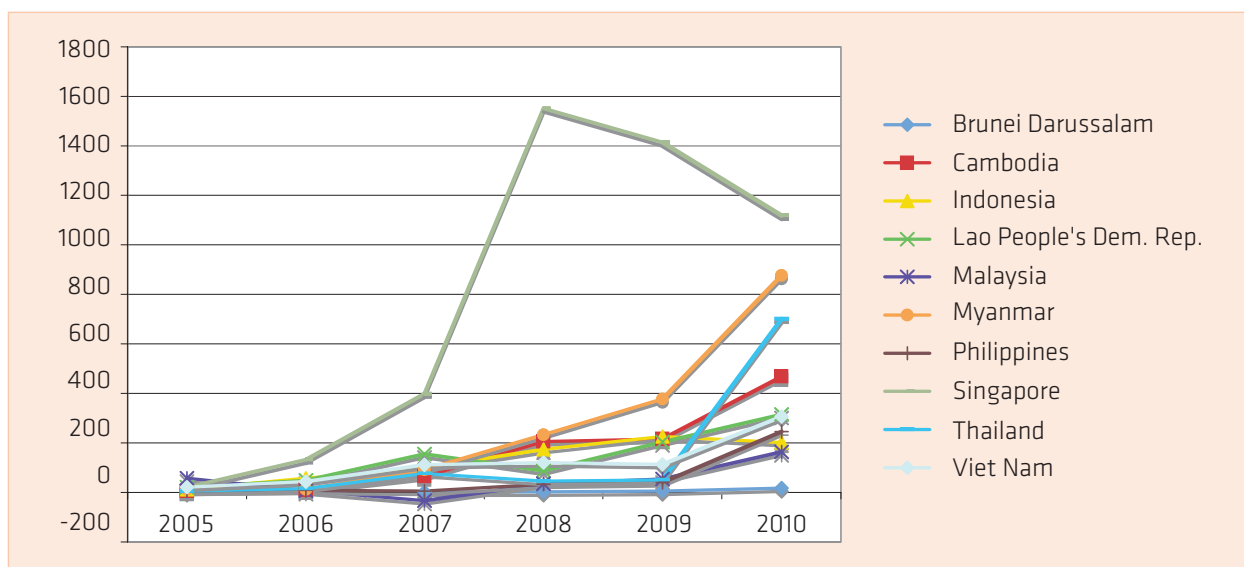


Figura 11 – IDE chinês nos países da ASEAN, 2005-2010 (em milhões de USD)

Fonte: MOFCOM, 2010. Elaboração das autoras.

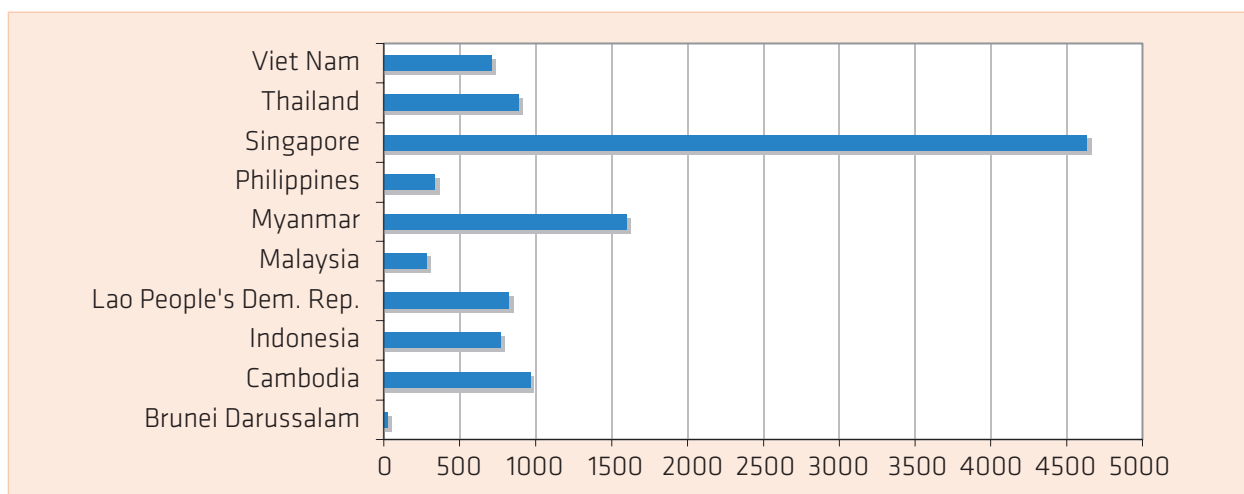


Figura 12. Soma do IDE chinês nos países da ASEAN, 2005-2010 (em milhões de USD)

Fonte: MOFCOM, 2010. Elaboração das autoras.

Wang (2009) identificou três razões fundamentais para que a ASEAN adotasse a área de livre comércio com a China. O primeiro argumento é a tese do “bandwagoning”. A atuação em bloco *vis-à-vis* a China aumenta a margem de manobra dos países da ASEAN, e o estreitamento dos laços econômicos com a China justifica-se em função de sua crescente importância econômica global. O segundo argumento é a dimensão crescente do mercado chinês. Como terceira motivação, destaca-se o objetivo de a ASEAN usar a ZLC como uma alavanca, numa espécie de “lógica de balanço de poder”. Ou seja, a ZLC com a China serviria como um catalisador para acelerar a integração intra-bloco e como um estratagema para engajar outros grandes parceiros comerciais de fora do grupo (como Japão, EUA e UE).

Para a constituição da CAFTA, foram identificadas três *rationales* fundamentais. O bloco representa uma resposta à intensificação do fenômeno do regionalismo vigente em outras partes

do globo; ajuda a estruturar os crescentes laços econômicos entre a ASEAN e a China e colabora igualmente na coordenação de políticas governamentais (em especial, em momentos de crise).

Em termos de significado, pode-se destacar que a constituição da CAFTA representa um processo de construção de confiança (*confidence building*) entre estes parceiros – mecanismo fundamental para o estreitamento dos laços políticos.

Ademais, a CAFTA tem como pano de fundo interesses geopolíticos de ambos os lados. Este projeto representa, entre outras coisas, um movimento estratégico chinês de reforçar os laços com os países da ASEAN e prover segurança geopolítica para estes. É também interesse geopolítico dos países da ASEAN estreitar as relações com a China e manter os laços de amizade. Sendo assim, há vontade política e interesse mútuo no desenvolvimento de tal parceria, fatores fundamentais para o avanço do processo integracionista.

De qualquer forma, alguns desafios ainda precisam ser superados. Com o aumento do fluxo de produtos chineses nestes mercados, pode haver um crescimento de tensões comerciais e a possibilidade de ampliação do protecionismo – com o uso de brechas e recurso a medidas não tarifárias, como já sugerido pela Indonésia (MU, SIAM-HENG, 2011).

A CAFTA representa um desafio à competitividade dos países da ASEAN. Há pressões em alguns setores industriais destas economias, inclusive com possibilidade de estabelecimento de relação do tipo “norte-sul”. Outros desafios detectados são: perspectivas de ganhos assimétricos intra-ASEAN (ESTRADA *et al.*, 2008), tamanho do mercado limitado pela renda e concorrência de outras ZLCs. Ainda assim, no tocante a esta última perspectiva, destaca-se a estratégia da ASEAN de construção gradual de ZLCs e a prioridade inicial conferida à China (BA, 2009), uma vez evidenciadas as dificuldades de constituição das ZLCs no arranjo ASEAN+3 e com o Japão. Em especial, destaca-se a resistência japonesa, por exemplo, na abertura do setor agrícola.

A integração regional representa, destarte, um elemento fundamental na estratégia de liderança pragmática chinesa. Nesta, o último elemento a ser analisado será a atuação chinesa em relação à recente crise financeira global que tem afetado os mercados dos países desenvolvidos.

2.4 A atuação chinesa na crise econômica global (2008-9) e seus reflexos nas relações com a ASEAN

A crise recente na economia global (2008-9 em diante) teve um impacto severo nas exportações e crescimento dos países da ASEAN. O crescimento do bloco diminuiu de uma média de 6,1% (entre 2005-2007) para 4,4% (em 2008) e 1,3% (em 2009). As economias mais abertas (Malásia, Cingapura e Tailândia) sofreram mais e tiveram contração do PIB. A transmissão da crise deu-se especialmente pela via comercial.

Com a crise sendo paulatinamente sentida na China, o governo deste país elaborou um forte pacote de estímulo econômico e programa de empréstimos que contribuiu rapidamente para a recuperação relativa da China. Esta foi a única grande economia a manter uma taxa relativa de crescimento alta, assim como altos níveis de investimento e consumo, com crescimento de 8,7% em 2009, no pico da crise (ESTRADA *et al.*, 2011).¹⁰

¹⁰ Cabe ressaltar que, segundo Mu e Siam-Heng (2011), para manter os altos índices de crescimento, a China precisará ainda enfrentar alguns desafios e fazer ajustes estruturais (expandir a rede de seguridade social, aumentar o consumo doméstico e reduzir a dependência no crescimento liderado pelas exportações e investimento).

Há de se destacar, inclusive, que, mesmo sob persistentes fragilidades e incertezas nos mercados desenvolvidos, o programa de estímulo chinês seguiu impulsionando a recuperação econômica regional asiática. Há evidências de que a China contribuiu para a recuperação da região e de que está gerando um mecanismo regional de crescimento. As exportações da ASEAN para a China caíram durante a crise, mas, em 2010, se recuperaram mais fortemente do que as exportações para os EUA e ajudaram o bloco na retomada do seu crescimento.

O crescimento continuado da China parece reforçar a tendência de fazer deste país um motor econômico regional ainda mais relevante, ajudando a isolar a região de choques econômicos norte-americanos e globais (BA, 2009). Tal fato foi apontado pelo Secretário Geral da ASEAN, Surin Pitsuwan, em 2008:

A China pode fazer muito para ajudar porque, como uma grande economia, esta pode absorver o impacto externo negativo e também pode ajudar as economias da ASEAN a aumentar ou ao menos manter os níveis de exportação para o mercado chinês (JAPAN ECONOMIC NEWSWIRE, 2008, tradução livre das autoras).

Segundo dados da ASEAN, em 2009, a China estabeleceu um empréstimo de US\$15 bilhões para o bloco visando à promoção do desenvolvimento econômico. Este foi utilizado principalmente em atividades de construção relacionadas a conectividades. Ademais, a China realizou investimentos nas Filipinas, Camboja e Tailândia por meio do Fundo China-ASEAN de Cooperação em Investimento (de cerca de US\$1 bilhão) e estabeleceu mais dois fundos para o financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento.

Para a ASEAN, a crise mostrou, em particular, o risco da dependência excessiva das exportações para os mercados de fora da região (em especial dos EUA e da UE) e serviu como um estímulo aos mecanismos de integração regional.

Nesta primeira parte do artigo, procurou-se analisar aspectos pragmáticos da posição de liderança chinesa em relação aos países da ASEAN, dando-se ênfase nas relações econômico-comerciais, com a construção de uma área de livre comércio entre os parceiros, e econômico-financeiras, por meio da cooperação mútua na solução de crises. Em seguida, analisar-se-ão alguns recursos de *soft power* utilizados pela China no estabelecimento de uma liderança sub-regional responsável.

3 A construção da liderança responsável – a política externa chinesa para a região

Em um curto período de tempo, a China parece ter criado uma estratégia de *soft power* sistemática e coerente e um conjunto de ferramentas para implementar tal estratégia. Por meio destas ferramentas, o país tem exercido uma significativa influência (KURLANTZICK, 2007, tradução livre das autoras).

A política externa chinesa recente baseou-se na defesa dos seguintes princípios: autodeterminação; universalismo; desenvolvimentismo e pacifismo. Por meio da defesa destes, a China pretendeu, respectivamente: bloquear iniciativas e presença de potências externas à região;

contribuir para a inserção global dos países da região; promover o desenvolvimento nacional por meio da complementaridade com vizinhos e um ambiente regional estável, considerado mais favorável ao desenvolvimento (BECARD, 2008). Em particular, a construção paulatina de um ambiente pacífico serviu como base para a crescente influência chinesa e como contrapeso aos poderes norte-americano e japonês na região asiática.

Nos últimos anos, as relações internacionais na Ásia passaram por profundas transformações, sobretudo em função de fatores como: i) a ascensão político-econômica chinesa; ii) o declínio relativo da influência e autoridade dos Estados Unidos na Ásia; iii) o aumento do número de instituições regionais multilaterais e da influência normativa da ASEAN; iv) o crescimento da interdependência econômica e tecnológica na região; e a melhora em diversas relações bilaterais antagônicas (SHAMBAUGH, 2004, p. 64).

A partir dos anos 1990, na busca pelo adensamento de laços com o plano regional, a capacidade de liderança da China mostrou ser bastante eficaz – seja por meio do aumento da participação de seus representantes nos principais foros asiáticos, seja por meio de sua colaboração na criação de novos mecanismos institucionais. O desejo chinês de desempenhar um papel regional mais significativo, por sua vez, transformou este país no principal elemento catalisador e transformador da ordem asiática (SHAMBAUGH, 2004, p. 65).

Para a China, a região da Ásia-Pacífico adquiriu uma importância ainda maior em sua política externa logo nos primeiros anos da década de 1990, forçada em parte pelo isolamento internacional pós-Tien-an-men, a partir de junho de 1989. Ao final da década de 1990, e graças aos frutos adquiridos via crescimento econômico e à implantação de uma diplomacia mais dinâmica e moderna, a China passou a propor novos mecanismos de aproximação com seus vizinhos asiáticos.

Ainda segundo Shambaugh (2004, p. 67-72), cinco fatores contribuíram para o novo engajamento chinês na Ásia, imprimindo mudanças em sua política externa regional a partir dos anos 1990: i) o desejo de alguns países asiáticos – e em particular da ASEAN – de reinserir a China nos negócios da região, logo após a campanha de condenação e isolamento ligada aos fatos em Tien-an-men, e de aceitá-la como parceira importante; ii) a participação responsável da China durante a crise financeira asiática de 1997-1998, altamente apreciada pelos países da região, aumentando a confiança chinesa; iii) a mudança da percepção chinesa quanto às organizações regionais, que passaram a ser vistas com menos suspeição e como sendo compatíveis com o novo conceito chinês de segurança (baseado em princípios de coexistência pacífica, no diálogo e na negociação em bases igualitárias); iv) a crença chinesa de que alianças internacionais dos tempos da Guerra Fria tornaram-se desnecessárias, abrindo a possibilidade para que a China apresentasse seu próprio “discurso” a respeito das relações internacionais, guiado por “somas positivas”; v) a reafirmação da tese de Deng Xiaoping, de 1985, de que a China deve ser norteadada pela busca da paz e do desenvolvimento, tal busca devendo ser atingida por meio de uma atitude pró-ativa com relação aos planos regional e global.

O crescente engajamento chinês na região asiática é mais evidente na área econômica. Em sua atuação sub-regional, a China tem buscado cultivar a boa vontade entre os vizinhos e assegurar mercados-chave e matérias-primas necessários ao seu crescimento (WANG, 2007). Ademais, a aproximação com a ASEAN representa uma forma de responder aos desafios da economia global e do regionalismo fechado e consolidar os crescentes laços econômicos

sub-regionais. Estes objetivos são perseguidos também por meio da estratégia de utilização dos recursos de *soft power*.

De acordo com Joseph Nye, *soft power* é a “habilidade de conseguir o que se quer por meio da atração e da persuasão e não da coerção ou pagamento” (NYE, 2012, tradução livre). Enquanto o *hard power*, ou a habilidade de usar a coerção, nasce dos meios militares ou econômicos de um país, o *soft power* estaria muito mais ligado à capacidade que um país tem de atrair outros atores por meio da cultura, de ideias políticas ou de políticas públicas.

Segundo Duarte (2012, p. 506), a China vê o *soft power* como uma ferramenta que pode ajudar a mitigar, a longo prazo, a teoria da “ameaça da China”, a qual teria sido difundida tanto regional quanto globalmente. No sudeste asiático, em particular, o autor explica que a estratégia chinesa envolve tanto cooperação bilateral quanto participação ativa em organizações regionais e foros multilaterais (DUARTE, 2012, p. 512). Desta forma, e por meio da diplomacia pública, a China busca promover valores comuns. Outro destacado recurso do poder *soft* chinês é o estímulo à aproximação sociocultural.

Tal estratégia foi estabelecida a partir de meados dos anos 90, com o fracasso e impossibilidade da utilização de recursos de *hard power* – e o estabelecimento da estratégia de Ascensão Pacífica (*Peaceful Rise*). De fato, em meados dos anos 90, a China utilizou a sua força militar para intimidar os vizinhos, por meio do envio de navios para algumas áreas disputadas e desocupadas no Mar do Sul da China. Paralelamente, o governo chinês exortou outros países da região a abandonar suas alianças, sobretudo com os EUA, com o argumento de que estas teriam se tornado obsoletas com o fim da Guerra Fria. Tal atuação foi um fracasso. Os países da região condenaram o comportamento agressivo de Pequim e solidificaram suas ligações estratégicas com os EUA – exatamente o contrário do que havia sido objetivado inicialmente pela China. As autoridades chinesas então compreenderam que o *hard power* tinha aumentado o potencial de lideranças concorrentes e que, por outro lado, a atuação na crise asiática tinha contribuído para a aproximação e amizade. Decidiram assim focar na construção do *soft power* global chinês (KURLANTZICK, 2007). Shambaugh (2004) também afirma que, depois de discussão interna em Pequim, as lideranças chinesas decidiram assegurar um ambiente pacífico e que “a China precisava ser mais proativa em moldar seu ambiente regional” (tradução livre das autoras).

Tornou-se, então, vital para Pequim mudar a imagem do país e enfraquecer o cenário da ameaça chinesa. Cabe ressaltar que esta perspectiva foi fortalecida no pós-11 de setembro (2001), com o começo da Guerra do Iraque (2003) e a crescente impopularidade norte-americana. O discurso diplomático chinês passou a enfatizar regularmente o caminho da Ascensão Pacífica. Este termo foi substituído por “Desenvolvimento Pacífico” (*Peaceful Development*), pois alguns acadêmicos chineses viam no termo “Ascensão” um aspecto ameaçador. De qualquer forma, ambos os termos procuravam ressaltar que a China não representaria uma ameaça a outras nações, mesmo que se tornasse uma potência global. Em muitos discursos, destacou-se o jogo de soma positiva. Em um memorável discurso proferido em 2005, intitulado “Uma Mente Aberta para a Cooperação entre Vencedores (*win-win*)”, o Presidente Hu disse a líderes asiáticos que a via do “diálogo e consulta... é um caminho importante para a cooperação entre vencedores... [a China] apenas [promoverá] paz, estabilidade, e prosperidade” (MOFFA 2005, tradução livre das autoras).

É de se frisar, pois, o engajamento chinês na ASEAN e sua ênfase na liderança responsável e na não-ameaça. Tal atuação foi decisiva: a China encerrou quase todas as disputas de fronteiras e assinou o Tratado de Amizade e Cooperação com a ASEAN, um documento em que as partes se comprometeram com o respeito mútuo à soberania e igualdade entre os membros da ASEAN. Ademais, de acordo com diplomatas asiáticos, a China havia iniciado muito mais projetos com a ASEAN do que outros parceiros asiáticos, como o Japão, e não asiáticos, como os EUA. Diversos autores então destacaram que a opção pelo multilateralismo tornou-se um meio para o alcance do interesse nacional chinês (HUGUES, 2005; MEDEIROS, 2007; ESTRADA *et al.*, 2008).

Além da utilização das instituições como recurso de *soft power*, a China também tem utilizado a estratégia da aproximação sociocultural, com a promoção do turismo, da cultura chinesa e de políticas de estímulo ao aprendizado do mandarim na região. O contato crescente entre as pessoas destes países tornou-se uma tendência importante. Os fluxos de turistas e estudantes entre a China e outros países asiáticos têm aumentado dramaticamente nos últimos anos, à medida que a China tem reduzido as restrições sobre viagens ao exterior por parte de seus cidadãos (SAUNDERS, 2008).

Além disso, a cultura chinesa também tem se mostrado crescentemente atrativa:

O Soft-power da China é realmente forte entre os povos da ASEAN. (...) A cultura chinesa, culinária, caligrafia, cinema, curiosidades, arte, acupuntura, medicina herbal e moda têm penetrado na cultura regional. (...) Filmes chineses e estrelas de cinema, como Gong Li e Zhang Ziyi, bem como a música pop, são todos muito populares entre os jovens do Sudeste Asiático. Marcas chinesas de consumo – como Hai'er, TCL, e Huawei – também estão se tornando cada vez mais populares na região da ASEAN (WIBOWO, 2011, tradução livre das autoras).

Ademais, a promoção de Institutos de estudos chineses na região também tem sido significativa na construção deste novo cenário. O governo chinês apoiou o estabelecimento de “Institutos Confúcio” (*Confucius Institutes*) em países estrangeiros para ensino do mandarim e promoção da cultura chinesa. O primeiro destes foi criado em 2004. Hoje há mais de 210 institutos em aproximadamente 54 países.¹¹

Apesar da crescente atratividade da cultura chinesa na região, destacam-se como pontos frágeis o fato de a produção na área de artes visuais ser ainda pouco influente e de alguns dos atores chineses mais conhecidos serem de Hong Kong (como Jackie Chan) ou Taiwan (SAUNDERS, 2008).

Porém, mesmo na presença de tais pontos frágeis, vários estudos recentes confirmam que as visões asiáticas sobre a China têm em geral mudado de uma percepção de ameaça para uma ênfase nos aspectos de oportunidade (embora o Japão represente uma exceção a esta tendência). Em geral, a política de boa vizinhança e o sério engajamento em instituições regionais multilaterais têm gerado um sucesso fenomenal político e econômico da China em seu entorno regional. Por fim, e diante do crescimento econômico e militar chinês, os países da ASEAN, mesmo que de tempos em tempos demonstrem suas preocupações com relação a “ameaças” da China, continuam dispostos a participar de acordos abrangentes e de longa duração com este vizinho.

¹¹ Para mais detalhes, cf. Xinhua, “Confucius Institutes Welcome Sponsorship, Says Chinese Official”. Disponível em: [english.peopledaily.com.cn/200706/24/eng20070624_387191.html]. *People's Daily Online*, June 24, 2007. Acesso em: 10/01/2012.

4 Conclusão

De acordo com a presente análise, a China estabeleceu uma estratégia sub-regional de liderança pragmática em relação à ASEAN. Neste sentido, este país utilizou seus recursos de poder econômico para agir proativamente em momentos de crise e para estreitar laços de interdependência econômica assimétrica com o bloco, o que tem aumentado a vulnerabilidade de tais países em relação à China.

A aproximação fundamental entre China e ASEAN deu-se com a ação efetiva chinesa na crise financeira asiática de 1997-98. A cooperação entre China e ASEAN cresceu vertiginosamente nos últimos anos e o estabelecimento da CAFTA é o reflexo de tal processo. Nos últimos anos, a China passou a ser o principal mercado para as exportações da ASEAN e acredita-se que o processo de integração em curso irá aumentar ainda mais os fluxos de comércio e de investimentos entre estes parceiros.

Para a China, a parceria com a ASEAN é importante por motivos geoeconômicos e geoestratégicos, já que o bloco oferece insumos para o crescimento chinês e tem passado a ser gradativamente uma área de influência chinesa, assegurando um entorno pacífico para o desenvolvimento deste país. Para a ASEAN, por sua vez, a parceria econômica com a China tem se tornado cada vez mais fundamental economicamente e a amizade com este país também é de seu interesse estratégico. Ademais, a atuação em bloco contribuiu para a ampliação da margem de manobra de tais países em negociações regionais. Não menos importante, o interesse comum pela China revelou-se um elemento catalisador entre os membros do grupo.

Com o relativo fracasso e inviabilidade da estratégia de utilização de recursos de *hard power* ao longo da primeira década do século XXI, a China priorizou o estabelecimento de uma estratégia sub-regional de liderança responsável em relação à ASEAN, com o emprego de recursos de *soft power* – em especial, a opção pelo multilateralismo e o reforço institucional, a promoção de valores comuns e a aproximação sociocultural. Tal estratégia tem contribuído para a colaboração dos países da ASEAN em relação às iniciativas de Pequim.

A atuação chinesa tem gerado uma reação positiva nos países da ASEAN que evoluiu, entre 1997 e 2010, de uma posição de distanciamento relativo para uma posição de grande receptividade e colaboração, o que evidencia um processo de construção de confiança entre estes atores.

Cabe ressaltar que algumas das questões tratadas no presente artigo são ainda motivos de grandes debates acadêmicos, como a manutenção da estratégia de *soft power* em contraposição à estratégia de *hard power*, o desempenho econômico chinês diante da atual crise econômica global e a evolução da CAFTA (implementada em 2010).

De qualquer forma, o presente trabalho evidenciou que o estabelecimento da liderança pragmática e responsável chinesa tem sido bem-sucedido na última década, pois tem havido ação efetiva do líder e acordo (espontâneo) com os liderados acerca dos objetivos. Estes têm colaborado com as iniciativas chinesas, contribuindo para o reforço de sua legitimidade como líder e para seu empoderamento consensual. Entende-se, assim, que os objetivos chineses, em especial o alcance do desenvolvimentismo e do pacifismo via o exercício da liderança sub-regional e atuação estratégica *soft* têm sido amplamente atingidos.

Referências

- ADB. 2012a. *Asian Development Outlook 2012 – Confronting Rising Inequality in Asia*. Mandaluyong City, Philippines: Asian Development Bank.
- ADB. 2012b. *Key Indicators for Asia and the Pacific 2012*. Mandaluyong City, Philippines: Asian Development Bank.
- AMARAL JR, Alberto do; SANCHEZ, Michelle Ratton (orgs.). 2004. *Relações Sul-Sul: países da Ásia e o Brasil*. São Paulo: Aduaneiras.
- ASEANSEC. 2012. *Secretariado da ASEAN*. Disponível em: [http://www.aseansec.org/about_ASEAN.html]. Acesso em: jan. 2012.
- BA, Alice D. 2009. Regionalism's multiple negotiations: ASEAN in East Asia. *Cambridge Review of International Affairs*, n. 22, p. 345-367.
- BACELETTE, Ricardo. 2012. Regionalismo na Ásia: da integração produtiva à institucionalização. *Boletim de Economia e Política Internacional (IPEA)*, outubro.
- BECARD, D. S. R. 2011. O que esperar das Relações Brasil – China? *Revista de Sociologia Política*, v. 19, supl. 1.
- BECARD, D. S. R. 2009. Cooperação e Comércio entre Brasil e China durante o Governo Lula. In: Oliveira, Henrique Altemani. *China e Índia na América Latina: oportunidades e desafios*. Curitiba: Juruá, 2009.
- BECARD, D. S. R. 2008. *O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG).
- BELLUZO, Luiz Gonzaga. 2004. Razões do sucesso do modelo asiático. *Revista Desafios do Desenvolvimento (IPEA)*, ed. 1, 01 ago. 2004.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. 1998. *Dicionário de Política*. 11a. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- CARLETTI, Ana. 2012. A política de boa vizinhança chinesa no contexto da integração regional asiática. *Boletim Meridiano 47*, v. 13, n. 132.
- CLARK, Ian. 2005. *International Legitimacy*. Oxford: Oxford University Press.
- DUARTE, Paulo. 2012. Soft China: O caráter evolutivo da estratégia de charme chinesa. *Contexto Internacional*, v. 34, n. 02, p. 501-529.
- ESTRADA, Gemma Esther; PARK, Donghyun; PARK, Innwon. 2008. *Prospects of an ASEAN–People's Republic of China Free Trade Area: A Qualitative and Quantitative Analysis*. Asian Development Bank: ADB Economics Working Paper Series. n. 130.

- ESTRADA, Gemma Esther; PARK, Donghyun; PARK, Innwon e PARK, Soonchan. 2011. *ASEAN's Free Trade Agreements with the People's Republic of China, Japan, and the Republic of Korea: A Qualitative and Quantitative Analysis*. Asian Development Bank: ADB Working Paper Series on Regional Economic Integration. n. 75.
- HENG, Siam-Heng e MU, Yang. 2011. China-ASEAN Relations after CAFTA. In: LI, Mingjiang e KWA, Chong Guan (eds) *China-ASEAN sub-regional cooperation: Progress, Problems, and Prospect*. Singapore: World Scientific Publishing.
- HOCK, Saw Swee (ed). 2007. *ASEAN-China Economic Relations*. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies.
- HUGHES, Christopher R. 2005. Nationalism and multilateralism in Chinese foreign policy: implications for Southeast Asia. *The Pacific Review*, v. 18, n. 01, p. 119-135. Disponível em: [<http://eprints.lse.ac.uk/17077/> /]. Acesso em: fev. 2012.
- JAPAN Economic Newswire. 2008. *China can lead fight against global economic meltdown*. 21 October. Disponível em: [<http://www.m2mevolution.com/news/2008/10/21/3722062.htm>]. Acesso em: 02 fev. 2014.
- KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. *Power and Interdependence*. 2000. NY: Longman, 3rd edition.
- KURLANTZICK, Joshua. 2007. *Charm Offensive: How China's Soft Power is Transforming the World*. New Haven: Yale University Press.
- LI, Mingjiang (ed). 2009. *Soft power: China's emerging strategy in international politics*. Maryland: Lexington Books.
- LI, Mingjiang e KWA, Chong Guan (eds.). 2011. *China-ASEAN sub-regional cooperation: Progress, Problems, and Prospect*. Singapore: World Scientific Publishing.
- McCANN, Philip. 2012. *Redesigning the World's Largest Development Programme: EU cohesion policy*. London School of Economics. Disponível em: [http://www.lse.ac.uk/assets/richmedia/channels/publicLecturesAndEvents/slides/20120112_1830_redesigningTheWorldsLargestDevelopmentProgramme_sl.pdf]. Acesso em: 10 nov. 2013.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. 1997. Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina. In: TAVARES, Maria da Conceição; FLORI, José Luís (Org). 1997. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 279-346.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. 2007. Deslocamento e Complementariedade: A Estratégia de Desenvolvimento Chinesa e a Economia Regional Asiática. In: Moscardo, J. e Cardim, C. H. (orgs). *O Brasil no mundo que vem aí / I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional*. Brasília: FUNAG.
- MENEZES, Alfredo da M. e PENNA FILHO, Pio. 2006. *Integração Regional: os blocos econômicos nas Relações Internacionais*. RJ: Elsevier.

- MIYAZAKI, Silvio. 2005. O novo regionalismo econômico Asiático. *Revista Contexto Internacional*, v. 27, n. 01.
- MIYAZAKI, Silvio. 2004. Uma visão abrangente dos processos de integração econômica no pacífico Asiático. In AMARAL JR, Alberto do; SANCHEZ, Michelle Ratton (orgs.). 2004. *Relações Sul-Sul: países da Ásia e o Brasil*. São Paulo: Aduaneiras.
- MIYAZAKI, Silvio. 1996. *Regionalismo no Pacífico Asiático: Integração econômica orientada pelo comércio externo*. *Revista de Economia Política*, v. 16, n. 01 (61).
- MOFCOM. 2009. *Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment*. Beijing.
- MOFCOM. 2010. *2010 Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment*. Beijing.
- MOFFA (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China) release. 2005. *Speech by Hu Jintao at the APEC CEO Summit*, 19 nov. 2005.
- MOORE, T. G. e YANG, D. 2001. Empowered and Restrained: Chinese Foreign Policy in the Age of Economic Interdependence. In: LAMPTON, David (ed). 2001. *The making of Chinese foreign policy and security policy in the era of reform*. Stanford: Stanford University Press.
- MORAIS, Isabela Nogueira de. 2005. *O regionalismo Asiático revisitado: Impactos para a Asean da emergência da China pós-Deng*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.
- MU, Yang e SIAM-HENG, Heng. 2011. China-ASEAN relations after CAFTA. In: LI, Mingjiang e KWA, Chong Guan (eds). *China-ASEAN sub-regional cooperation: Progress, Problems, and Prospect*. Singapore: World Scientific Publishing.
- NYE Jr., J. 2004. *Soft-power: The means to success in world politics*. NY: Public Affairs.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de; MASIERO, Gilmar. 2005. Estudos Asiáticos no Brasil: contexto e desafios. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, n. 02.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de. 2002a. Processos de Cooperação e Integração na Ásia-Pacífico. *Revista Cena Internacional*, ano 04, n. 01.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de. 2002b. Os Blocos Asiáticos e o Relacionamento Brasil-Ásia. *Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 16, n. 1.
- PEREIRA, Ronan Alves. 2003. Estudos Asiáticos no Brasil. In Guimarães, Lytton L. 2003. *Ásia, América Latina, Brasil: a construção de parcerias*. Brasília: NEÁSIA/CEAM/UnB, p. 105-124.
- RAMO, Joshua Cooper. 2004. The Beijing Consensus: Notes on the new physics of Chinese power. London: Foreign Affairs Policy Centre. Disponível em: [<http://www.fpc.org.uk>]. Acesso em: 03 fev. 2012.
- SAUNDERS, Phillip C. 2008. China's role in Asia. In: Shambaugh, D. E Yahuda, M (eds). *International Relations of Asia*. NY: Rowman & Littlefield Publishers.

SCARANO, Paulo Rogério. 2011. *A Iniciativa de Chiang Mai: alcances e limitações*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SHAMBAUGH, David. 2004/05. China Engages Asia: reshaping the regional order, *International Security*, v. 29, n. 03, p. 64-99.

SHENG, Yu; TANG, Hsiao Chink; e XU, Xinpeng. 2012. *The Impact of ACFTA on People's Republic of China-ASEAN Trade: Estimates Based on an Extended Gravity Model for Component Trade*. ADB Working Paper Series on Regional Economic Integration. No. 99.

UNCTAD, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. 2010. *Inward and Outward Foreign Direct Investment Flows, Annual*. UNCTADStat Database. Disponível em: [<http://unctadstat.unctad.org>]. Acesso em: jun. 2013.

WANG, Vincent Wei-cheng. 2007. The Logic of China-ASEAN Free Trade Agreement: Economic Statecraft of "Peaceful Rise". *China in the World, the World in China International Conference "Implications of a Transforming China: Domestic, Regional and Global Impacts"*, 5-6 August 2007. Institute of China Studies, University of Malasya.

WIBOWO, Ignatius. 2009. China's Soft Power and NeoLiberal Agenda in Southeast Asia. In: LI, Mingjiang (ed). *Soft power: China's emerging strategy in international politics*. Maryland: Lexington Books, 2009.

WOMACK, Brantly. 2009. China between region and world. *The China Journal*, n. 31, January.

WOO, Meredith Jung-En. 2007. A Century after the Unparalleled Invasion: East Asia After the Crisis. In: MUCHHALA, Bhumika. *Ten years after: revisiting the Asian Financial Crisis*. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars. Disponível em: [http://www.cepr.net/documents/publications/tenyearsafter_2007_11.pdf]. Acesso em: fev., 2012.